LUÍS NASSIF

O brasileiro do século

Não consta que Marcos Valério tenha ido buscar na história o knowhow do seu "valerioduto". Mas, ao afirmar na CPI do Mensalão que "desde Rui Barbosa" já havia práticas análogas, talvez sem querer tocou em um nervo exposto da historiografia nacional: Rui Barbosa, o "Águia de Haia".

Provavelmente em toda a história do país não exista personagem com tantos defeitos gigantescos e tantas qualidades enormes, que tenha sido tão poupado pela intelectualidade nacional. Recentemente, uma revista elegeu-o "o brasileiro do século". Os liberais o endeusaram por sua campanha "civilista" contra Hermes da Fonseca. Os juristas, por sua visão de direitos individuais. Os "desenvolvimentistas" -como Celso Furtado- tinham uma visão extremamente benevolente do "encilhamento", o portentoso processo especulativo que quase liquidou com a República e matou o desenvolvimento brasileiro por décadas.

O que encantava Furtado era o fato de Rui ter enfrentado a ortodoxia da época, que se pelava de medo de emissões desordenadas de moeda, podendo influenciar o câmbio. Rui decidiu autorizar a emissão de moedas na quantidade que atendesse às necessidades da economia nacional. O câmbio seria decorrência desse objetivo maior. Com base nessa crença -cujos seguidores eram denominados de "papelistas"-, autorizou bancos privados a emitirem moeda com lastro em títulos públicos -não mais em ouro, como defendiam os "metalistas". Segundo seus defensores, o desastre do "encilhamento" foi devido à falta de um banco central, na época, que controlasse os movimentos especulativos do câmbio.

Em 1965, saiu o primeiro livro iconoclasta, revisando a sua biografia - "Rui Barbosa: o Homem e o Mito", de Raymundo Magalhães Jr. A edição está esgotada. Pode-se lê-lo na biblioteca Mário de Andrade. Nos últimos anos, a conduta pessoal de Rui passou a ser mais bem avaliada em trabalhos acadêmicos, na identificação das causas do desastre.

A ideia de permitir a emissão privada lastreada em títulos públicos foi de Visconde de Ouro Preto, último ministro da Fazenda do Império. Havia um beneficiário claro, Conselheiro Saraiva, dono do Banco Nacional; e um crítico exacerbado: o jornalista Rui Barbosa. Cai o regime, novo governo e o grande crítico de Ouro Preto, Rui Barbosa, é nomeado ministro da Fazenda. Onze dias depois da Proclamação, começou a distribuir concessões a torto e a direito e a preparar um novo quase monopólio de emissão, a ser entregue ao

Conselheiro Mayrink -adversário de Saraiva-, em um episódio que quase levou à demissão todo o ministério Deodoro, tal seu teor de escândalo.

Com os benefícios recebidos, Mayrink faz inúmeros lançamentos de ações no mercado de empresas porcamente capitalizadas, criadas com o único intuito de dar golpe na praça. Rui autorizou emissões sucessivas adicionais de moeda, quase todas canalizadas para o movimento especulativo de Mayrink. Ou seja, a expansão monetária que os economistas enxergam apenas por meio da análise dos grandes agregados financeiros- de perto era adrenalina na veia de Mayrink, alimentando a especulação.

Rui deixou o país em ruínas, fez negociatas com a banca inglesa, permitiu que os Estados pudessem tomar empréstimos externos com garantia da União. Deixou o governo com o país na maior crise da sua história e assumiu, de imediato, cargos em três companhias criadas por Mayrink em pleno "encilhamento".

Anos depois, foi indicado pelo Barão de Mauá para representar o país em uma conferência internacional. Nela, o chanceler da Argentina defendeu a tese de que países credores não poderiam invadir países devedores para cobrança da dívida. A América do Sul e os emergentes em geral ficam a favor da tese. O civilista Rui Barbosa foi voto contrário.

Rui morreu em 1º de março de 1923, como herói nacional. Um estudante recitou em praça pública em Salvador: "Morrerás? Não! Tua glória se não finda/ Oh! grande! Oh! nobre herói da liberdade!/E mesmo morto viverás ainda!".

Vive até na memória remota de Valério e nas lembranças que as CPIs permitem evocar.